



## PROCESSOS DE DELIMITAÇÃO DE RECORTES REGIONAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE SINERGIAS IMPORTANTES AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UMA PROBLEMATIZAÇÃO<sup>1</sup>

Alcione Talaska, Geógrafo e Doutor em Desenvolvimento Regional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Sheila Crisley de Assis, Graduada em Matemática e Doutora em Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

### RESUMO

Partindo-se dos pressupostos de que não existe receita exclusiva para o desenvolvimento e de que os recortes regionais são produzidos com objetivos pré-definidos, este artigo discute um problema real, evidenciado pela existência de uma multiplicidade de recortes regionais sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, ao passo em que se idealiza estruturar um Observatório Regional para reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais. Nesse contexto, discute-se a problemática, revisitando os conceitos de região e regionalização e os desafios da construção de um projeto político de desenvolvimento, lançando para discussão alguns aspectos relevantes para se pensar a delimitação do recorte regional inicial mais apropriado com vistas a construção de sinergias importantes ao desenvolvimento regional. Considera-se, nesse contexto, a necessidade de uma delimitação regional que expresse uma região com consistência à realidade territorial, não se tratando de encontrar o recorte já produzido mais conveniente, com estética e recortes mais favoráveis a um ou outro motivo, mas, sim, de construir o próprio recorte regional, embasado em procedimentos teórico-metodológicos selecionados e apropriados aos objetivos que se tem, capazes de oportunizar um conhecimento sistemático do território, inclusive, com chances de potencializar a circulação e recirculação de informações, gerando sinergias para a construção de um projeto mais amplo de desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Região. Regionalização. Observatório. Desenvolvimento Regional.

### Introdução

A busca pelo desenvolvimento sempre esteve entre os assuntos mais importantes para a sociedade. Indiscutivelmente, nos dias atuais, se considera que, ao se pensar em desenvolvimento, se insista na “necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território” (ETGES, 2005, p. 54). Isso pois, é absolutamente essencial, a compreensão de que não existe receita exclusiva para o desenvolvimento, haja visto que cada parcela do espaço geográfico contém características que lhes são particulares e que, por conseguinte, condicionam resultados diferentes ao desenvolvimento.

<sup>1</sup> Apoio Financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).



O que existe são elementos que precisam ser buscados e articulados (BOISIER, 1996) para que, conjuntamente, possa-se construir o desenvolvimento. Note-se, o desenvolvimento de que se está falando, no contexto das condições atuais da economia capitalista, é um processo que precisa ser construído, ele dificilmente acontece por acaso e, muito menos, é implantado – tal como é concebido, equivocadamente, por parcela da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento resulta de uma necessidade real da sociedade, que pressupõe construção com base na realidade, sendo, portanto, um processo complexo a ser gestado.

Este artigo, nesse aspecto, se estrutura a partir da identificação de um problema real, de uma dúvida real, que começou a tomar forma na medida em que concebemos a existência de diferentes recortes regionais na área de influência direta de uma Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, ao mesmo tempo em que pensamos sobre a importância da estruturação de um processo sistemático de reconhecimento, organização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais (Observatório) importantes ao desenvolvimento da região. Afinal, **caso houvesse a possibilidade da estruturação de um Observatório Regional, que abordasse temáticas relevantes ao Desenvolvimento, na área de influência direta da Instituição, qual seria o recorte regional mais apropriado para tal finalidade?**

A fim, de discutir essa problemática, indicando um possível caminho para a delimitação do recorte regional mais apropriado, capaz de, em momento futuro, animar os atores locais e regionais, através de um processo de circulação e recirculação de informações sobre particularidades territoriais da região, de modo a oportunizar sinergias importantes ao desenvolvimento regional, este artigo é apresentado, dividido nas seguintes partes estruturantes: i) discussão da problemática; ii) resgate teórico; e, iii) aspectos importantes para superar o problema.

### **Contextualizando o problema: como escolher um recorte regional, negando outros?**

O problema enfrentado, ao se pensar um recorte regional mais apropriado para a estruturação de um Observatório Regional, que permita o reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais, com vistas a criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional, é que os espaços formadores das regiões apresentam semelhanças e diferenças territoriais, em pontos específicos do espaço



geográfico, fato que pode contribuir para a legitimação ou deslegitimação de regionalizações, criando, em virtude disso, contestações aos recortes regionais escolhidos.

A Figura 01 exemplifica essa situação, ilustrando algumas das regionalizações existentes no Oeste Catarinense, sobrepondo camadas e evidenciando a multiplicidade de possibilidades de recortes regionais e, portanto, a materialidade do nosso problema real.

Figura 01. Sobreposição de recortes regionais no Oeste Catarinense



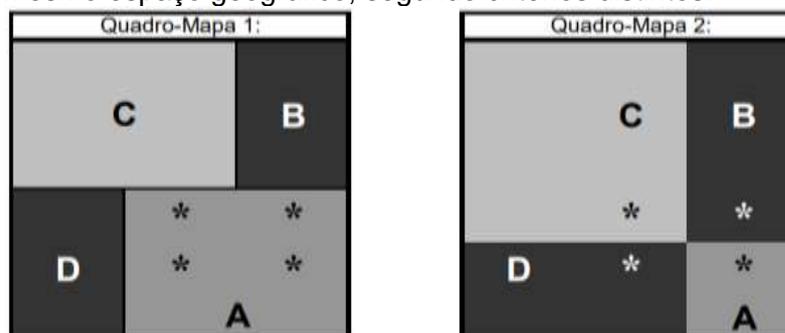
Fonte: Elaborado pelos autores.

As diferenças e semelhanças entre os recortes regionais sobre o mesmo espaço, podem ser chamadas de convergências e divergências territoriais entre uma regionalização e outra, e revelam, de fato, que o processo de regionalização pode resultar em recortes regionais diversos sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, tal como ilustrado por Paiva, Alonso e Tartaruga (2010).

Estes autores, a partir do exemplo hipotético expresso na Figura 02, questionam: “Qual é a regionalização correta? Existe algum critério objetivo que nos permita privilegiar uma em detrimento da outra? E, em caso negativo, como optar por uma regionalização ou outra?” (PAIVA, ALONSO e TARTARUGA, 2010, p.130).



Figura 02. Exemplo de diferentes recortes regionais sobre o mesmo espaço geográfico, segundo critérios distintos.



Fonte: Paiva, Alonso e Tartaruga, 2010, p.130.

Assim, pensando que existem diferentes possibilidades de escolha dos recortes regionais sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, visto que estes foram criados com critérios e objetivos distintos, parece-nos coerente que não se pode simplesmente tomar os recortes regionais advindos de regionalizações tradicionais e consolidadas como sendo plenamente verdadeiros e absolutos, sem os questionar, sem inferir sobre o efeito da sua utilização sobre os resultados esperados para o desenvolvimento, este concebido enquanto processo, que requer construção.

Havendo diferentes recortes regionais sobre uma mesma parte do espaço geográfico, cada um deles pode levar a raciocínio distinto. Há de se considerar que parcela daqueles que operam análises regionais tomam os recortes regionais, fruto das regionalizações tradicionais e consolidadas, sem considerar a possibilidade de que a utilização dessas regionalizações pode provocar efeitos indesejados, como distorções sobre os resultados. Ou seja, desconsideram a baixa aderência da regionalização às características e dinâmicas territoriais, intensificando a fragilidade da sua utilização, enquanto instrumento de potencialização da geração de sinergias positivas ao desenvolvimento e, propriamente, ao planejamento territorial regional.

Por mais que a representação mais operacional e mais científica pareça ser a divisão simples do espaço geográfico em regiões, a região ideal para determinado fim, precisa ser buscada pela “superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados”, como defendeu Lacoste (1988, p. 70) e pela identificação das características comuns dos territórios, das sinergias e da possibilidade da região autoconstruir-se (BOISIER, 1996). Isso quer dizer que



o método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, sobre a observação das *intersecções* dos múltiplos *conjuntos espaciais* que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas. (LACOSTE, 1988, p. 68).

Esse procedimento de análise, portanto, possibilita a apreensão mais eficaz das características dos fenômenos localizados espacialmente, pois, com a atenção aos limites dos traçados dos diversos recortes regionais, oportuniza-se a interpretação particular de cada um desses contornos cartográficos particulares e, desse modo, a, também, interpretação da conformação da realidade territorial.

Portanto, reconhece-se que existem distintos métodos de regionalização e que os resultados desses processos – a definição das regiões – podem ser adequados para determinados objetivos e inadequados para outros. Isso, pois, a região, enquanto aplicação analítica interpretativa do espaço geográfico, é produto de um processo de regionalização, que independe da escala geográfica associada e que apresenta constantes alterações no tempo-espaço, enquanto reflexo da própria transformação da sociedade. Dessa forma, as regionalizações – e, por conseguinte, as regiões – necessitam ter suas metodologias, objetivos e categorias revisitadas e revisadas constantemente, a fim de atualização e, inclusive e especialmente, de re-regionalização do espaço geográfico, mediante objetivos delineados e características territoriais atuais.

O que se busca, desse modo, é uma regionalização que expresse regiões com consistência à realidade territorial. Não se trata de encontrar o recorte já produzido mais conveniente, com estética e recortes mais favoráveis a um ou outro motivo, mas, sim, em construir o próprio recorte regional, embasado em procedimentos teórico-metodológicos selecionados e apropriados aos objetivos que se tem, capazes de oportunizar um conhecimento sistemático do território, inclusive, com chances de potencializar sinergias para a construção de um projeto mais amplo de desenvolvimento regional.

### **Região e Regionalização: revisitando os conceitos**

A relação entre uma ciência e seu aporte teórico é constituída por conceitos e categorias que permitem a sua aproximação com a realidade. Dentre esses conceitos e categorias, a região emerge com importância significativa, oportunizando o reconhecimento da geografia como ciência e tornando-se um dos seus principais objetos de estudo. Conforme explicado em



Talaska (2011), o aparecimento da noção de região teve origem quando da necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão de domínio sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, que exigiu a segmentação do espaço.

Tais processos, também explicados por Gomes (1995) e Corrêa (1997), evidenciam a importância do conceito de região para a geografia, ao mesmo tempo em que revelam debates de que o conceito não é congelado. Ou seja,

A região seria vista, portanto, como área de ocorrência dos fenômenos. Resultado de um processo e não ponto de partida estático, os limites seriam uma manifestação do tamanho do acontecer. Muda a extensão do fenômeno – a região – porque muda a constituição do território. A coerência funcional – e não os limites – definiria a continuidade da vida da região. (SILVEIRA, 2003, p. 410).

A região não é imutável, ela está vinculada a práticas e processos histórico-sociais localizáveis geograficamente. A região é uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular em um sistema universal, onde as características locais possibilitam a criação de processos de delimitação espacial, que se impõem através de processos de regionalização. (TALASKA, 2011, p. 208).

Os debates acerca do termo região estão, necessariamente, relacionados ao processo de regionalização do espaço geográfico, que se realiza mediante o conhecimento das características desse espaço, do conjunto de transformações ocorridas/realizadas pela sociedade no espaço e na necessidade de se realizar um conhecimento sistematizado sobre esse espaço. A regionalização, assim, é um processo importante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de áreas, tendo o resultado advindo da escolha de métodos, critérios e características levados em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço.

Ou seja, as abordagens conceituais tidas sobre regionalização inferem que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado espaço, a regionalização é também entendida como o processo de formação de regiões (PERREIRA, 2000), que permite conceber a uma determinada região uma identidade particular.

Uma regionalização

pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [porém, há] de se considerar [...] que as



regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme destaquem ou não determinados elementos e fatores. (LIMONAD, 2015, p. 58).

Assim, o processo de regionalização, com o significado de divisão de um espaço social, pode ser desenvolvido verticalmente (trazendo desordem aos subespaços), sendo o poder público o responsável pelo surgimento de diversas e distintas regionalizações. É verdade, porém, que existem regionalizações paralelas às impostas pelo Estado, são regionalizações construídas horizontalmente (fortalecem os lugares a partir de coesão social e interesse coletivo), onde intelectuais e a sociedade em geral são seus idealizadores. De modo geral, tal como indicado por Perreira (2000), existe uma diversidade de processos de regionalização, que podem ser expressas na seguinte tipologia:

- (i) Regionalização como diferenciação de áreas: onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica. Nesta regionalização segue-se os princípios do determinismo geográfico do possibilismo geográfico. Observa-se as características paisagísticas do espaço geográfico e define-se a região como uma área possuidora de certa homogeneidade.
- (ii) Regionalização como classificação: Esta forma de regionalização origina várias e distintas regiões, sendo que o pesquisador é o responsável pela sua criação na medida em que setoriza e desagrega áreas do espaço geográfico de acordo com seus critérios pré-definidos.
- (iii) Regionalização como instrumento de ação: É a forma de regionalização amplamente utilizada para a descentralização político-administrativa, onde a região é entendida como “sinônimo de espaço econômico”, sendo homogênea ou funcional (PERREIRA, 2000, p. 68).
- (iv) Regionalização como Processo: “parte da ideia de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos” (PERREIRA, 2000, p. 69), e que se modificam com o tempo.

Considerando estas diversas abordagens, pode-se afirmar que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo espaço, atendendo usualmente concepções e interesses distintos (LIMONAD, 2015). Assim, por condição, a compreensão das características de determinada região, carece da compreensão prévia dos objetivos e finalidades das regionalizações e do seu processo de construção. Isso pois, caso contrário, pode-se não compreender as singularidades das regiões criadas de modo amplo e completo.



## ***As regiões e o desafio da construção de um projeto político de desenvolvimento regional***

A discussão da temática do projeto de desenvolvimento regional que, em primeira vista, pode parecer ser um tema simples, na realidade, emaranha uma grande complexidade. Por mais que a Geografia tenha cunhado a própria noção de região, e com isso alcançado status de ciência, e que a Economia seja a ciência quase sempre é evocada para analisar e direcionar processos de desenvolvimento, quando falamos em desenvolvimento regional, conforme lembra Theis (2022), estamos falando do desenvolvimento de uma região. E, embora que as definições conceituais para “região” e “desenvolvimento” sejam buscadas, principalmente, na geografia e na economia, quando agregamos os dois termos, formando “desenvolvimento regional”, devem ser mobilizados outros campos do conhecimento, sob uma perspectiva interdisciplinar.

Isso pois,

a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Da mera aplicação de modelos matemáticos generalizantes avança-se para a compreensão dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território. (ETGES e ETGES, 2021, p. 01).

Essa dimensão territorial citada pelas autoras se manifesta através das regiões. E o desenvolvimento regional, por oportuno, constitui-se como “processo de transformação social, econômica, cultural e política”, que é central “para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região” (THEIS et al, 2022, p. 259).

Entretanto, embora todo esse contexto, muitas questões, envolvidas pela economia política e pela geografia crítica, nem sempre são plenamente abordadas, quando se considera a dimensão territorial do desenvolvimento regional. Ao passo de podermos realizar o mesmo questionamento assinalado pela professora e pesquisadora Ester Limonad (UFF e ANPUR) na ocasião de sua palestra no II Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional (ObservaDR), realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em abril de 2013: “*afinal, de que desenvolvimento estamos falando?*”.

Brandão (2008), exemplifica essa situação, lembrando a necessidade de se avaliar as hierarquias, hegemonias e tensões presentes no território regional, pois “o desenvolvimento, enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e



complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade" (BRANDÃO, 2008, p. 03). Nesse sentido, o desenvolvimento regional "estaria relacionado ao que designa de coerência regional, forjada historicamente pelos movimentos dos diversos atores, capital, Estado e as diferentes classes sociais em disputa pelo espaço" (LIMONAD, 2015, p.59).

Assim, o desenvolvimento regional, compreendido enquanto expressão histórica de práticas e processos socioespaciais (tempo-espço), geograficamente localizados, pode ser concebido como produto e resultado da construção social e política da própria região. Objetivamente, nesse contexto, o que também se questiona é: como fazer a região desenvolver-se?

O economista chileno Sérgio Boisier, principalmente em seus escritos da década de 1990, indica alguns caminhos. Boisier (1994) expressa a ideia de que, para a região se desenvolver, ela precisa autoconstruir-se. Esse processo de autoconstrução se apoiaria no projeto político regional, produtor de coesão e de mobilização, dotando a região de estruturas políticas e administrativas, e no projeto cultural regional, produtor da percepção da identidade coletiva regional, capaz de transformar uma comunidade inanimada em outra organizada/animada, conhecedora da sua realidade, ou seja, capaz de mobilizar a região e seus recursos para construir seu próprio desenvolvimento.

Segundo Boisier (1994), para que a região tenha condições de construir o seu desenvolvimento torna-se necessária a efetivação de um processo de conhecimento da sua própria realidade, que também envolva, em algum momento, processos de descentralização capacitadores para que a região possa tomar suas próprias decisões, aumentando o poder político e maximizando a possibilidade de qualquer pessoa acessar os espaços institucionais e organizacionais. O autor aborda a descentralização, sobretudo, ao analisar o cenário latino americano, que, segundo ele, é caracterizado predominantemente e tradicionalmente por tomada de decisões verticalizadas, ou seja, de cima para baixo (federal>estadual>municipal).

No mesmo grau de importância, Boisier (1994) indica ainda que o papel da formação profissional, da inovação e do avanço tecnológico nas pequenas e médias empresas é importante para o desenvolvimento regional endógeno, gestado com os recursos, diversidades e especificidades do próprio território regional. Com base nesse contexto, a forma para avançar na direção do desenvolvimento regional parece estar relacionada a uma transformação na forma de se fazer governo nas regiões. As funções do governo regional





e inteligente, ao invés de difusa e aleatória. Assim, ao se buscar alavancar o desenvolvimento de um território organizado, deve-se avaliar a estruturação dos elementos e a articulação entre eles.

Para isso, a tarefa básica é a de modernizar seus componentes e gerar um projeto coletivo de desenvolvimento que articule e direcione. Para tanto, se mostra significativamente importante a formação de um quadro qualificado de profissionais de desenvolvimento regional. Estes, podem atuar na compreensão da organização socioespacial da região, na identificação das características territoriais e, propriamente, no planejamento do seu desenvolvimento.

É nesse contexto que Etges e Degrandi (2013) afirmam:

para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual, é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada. Mas, acima de tudo, é preciso instalar governos comprometidos, não com a dimensão vertical do processo, expressa no famigerado “leilão do território”, cuja manifestação mais conhecida no país é a chamada “guerra fiscal”, e sim com a dimensão horizontal do processo, com o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentando as reais potencialidades do mesmo. (ETGES e DEGRANDI, 2013, p. 02).

Um espaço que ganha importância nesse processo inicial, de conhecer com profundidade a região e identificar suas potencialidades, são os Observatórios Regionais. Estes Observatórios possuem, quando estruturados, a finalidade de produzir, sistematizar, analisar e disponibilizar um conjunto de informações, indicadores e sínteses sobre a realidade regional, de modo a qualificar a tomada de decisões dos agentes públicos e privados e da sociedade civil, oportunizando a criação de sinergias positivas ao desenvolvimento da região assistida. Os Observatórios do Desenvolvimento Regional são “um espaço orgânico de pesquisa e extensão que [promove] a análise e a interpretação da realidade no que se refere às políticas, às dinâmicas e aos processos de desenvolvimento regional no território”. (SILVEIRA, FELIPPI e CAMPOS, 2013, p.11).





que se compreenderiam diferenças estruturais e de concepções das regionalizações já produzidas e seriam possibilitadas inferências sobre tensões e coerências no território regional.

- b) A identificação de padrões espaciais de homogeneidade/heterogeneidade: É um processo que, a partir da definição de critérios específicos, objetiva definir parcelas do espaço que possuem características semelhantes, diferenciando-as de outras parcelas com características distintas. Através da criação de um banco de dados geoestatístico, formatado com agregação de dados e informações em nível local (municipal), define-se um conjunto de variáveis, que expressam características estruturantes da realidade regional e que revelam padronização. Os padrões de homogeneidade/heterogeneidade podem ser estabelecidos por hierarquização, relativização e correlação de variáveis e espacialização em mapas temáticos simples.
- c) A compreensão das especializações produtivas e de serviços na economia regional: Concebida com o objetivo de se entender a estrutura produtiva regional, a análise das especializações produtivas e de serviços permite a identificação das atividades produtivas e econômicas que se destacam, podendo-se avaliar as interações e complementaridades entre essas atividades, inclusive, direcionando a criação de sinergias e redes de cooperação, embasadas em características territoriais regionais. As especializações produtivas podem ser identificadas e compreendidas através do cálculo do Quociente Locacional (QL), que possibilita a quantificação do grau em que duas variáveis quantitativas são distribuídas entre duas regiões quaisquer (uma sub-região e uma região, por exemplo), ou seja, expressando a “importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida” (PAIVA, 2006, p. 92). O Quociente Locacional possibilita, assim, a comparação de quantas vezes a mais uma sub-região se dedica a uma atividade em relação ao conjunto de sub-regiões da região mais ampla selecionada.
- d) A compreensão das interações espaciais e da dinâmica demográfica: O comportamento da dinâmica demográfica, bem como o crescente movimento migratório e o adensamento de fluxos (materiais e imateriais) influenciam e condicionam a conformação do território regional e são fundamentais para se avaliar a possibilidade da geração de um projeto coletivo de desenvolvimento regional, denso, articulado e cooperativo entre os atores regionais, independentemente do seu município de localização, haja vista, a identificação e o conhecimento da rede urbana, da hierarquia urbana regional e dos principais fluxos entre os municípios integrantes da região.



- e) A realização de testes de regionalização por homogeneidade (agregação espacial): Na medida em que banco de dados geostatístico é criado, pode-se agrupar unidades territoriais, classificando-as com base em características semelhantes próximas, construindo, o que chamamos de regiões homogêneas. Esses testes, podem ser realizados mediante seleção e correlação de variáveis, aplicadas à análise de agregação espacial, por exemplo, com a utilização do *Spatial K'luster Analysis by Tree Edge Removal* (SKATER), tal como trabalhado em Paiva, Talaska e Sehn (2010) e em Talaska (2011). Essa ferramenta, oportuniza uma análise espacial exploratória de classificação e criação de padrões homogêneos/heterogêneos, que pode subsidiar a definição de recortes regionais com determinada finalidade. Importante ressaltar, entretanto, a necessidade da verificação da aderência territorial dos resultados obtidos com esses testes.
- f) A verificação da aderência territorial dos recortes regionais: Como vimos, podem ser criadas inúmeras regionalizações sobre o mesmo espaço, em razão dos objetivos e procedimentos delineados. Pensando em se estabelecer um recorte regional mais apropriado para a criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional, é importante considerar a aderência territorial que cada recorte regional assume/expressa. Isso pois, a aderência regional revela o grau de identificação e pertencimento da sociedade à determinado recorte regional e à suas características territoriais. Pensar nessa aderência territorial, é pensar no processo constitutivo das regiões em sentido horizontal, em que a coesão social e o interesse coletivo são significativizados (dotados de significados importantes ao desenvolvimento regional). Ou seja, nesse processo, pode-se comparar os padrões espaciais identificados, com as características territoriais dos municípios, com o resultado dos testes de regionalização por homogeneidade, atentando para os limites dos traçados dos recortes regionais tradicionais e convencionais (interseções dos conjuntos espaciais), nos quais devem prevalecer as proposições de regionalizações com perspectivas autoconstruídas (projetos coletivos que visem a articulação e direcionamento de demandas, potencialidades e superação de carências).
- g) A definição da delimitação da região a ser observada: Através dos aspectos e etapas supracitadas, pode-se justificar a delimitação da região a ser observada, para fins de reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais, com vistas a criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional. Por fim, pode-se gerar um produto cartográfico síntese, de ordem quali-quantitativo.





capacidade de auto-organização, enquanto condição para construção de regiões com coesão e identidade, são também elementos importantes para essa definição. Considera-se a necessidade de se conhecer e reconhecer as divergências e convergências territoriais entre as regionalizações já existentes (as interseções dos múltiplos conjuntos espaciais), mas também há de se ir além, compreendendo a realidade do território, através da interpretação da estrutura agrária, das estruturas e especializações produtivas (agropecuária, industrial e de serviços) e dos padrões de homogeneidade/heterogeneidade entre espaços próximos, da dinâmica demográfica e das interações espaciais. E, considera-se, nesse processo, que é possível a delimitação do próprio recorte regional base, com as devidas justificativas, isso pois, a utilização de determinado recorte regional, ante outro recorte, pode interferir sobre o efeito da sua utilização nos resultados da produção e sistematização de informações, e ainda, ao próprio desenvolvimento, pois, se estaria lidando com a chamada caixa-preta do desenvolvimento, cujo conteúdo e funcionamento são desconhecidos.

### Referências Bibliográficas

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 13, p. 111-145, jun., 1996.

BOISIER, Sérgio. La construcción social del regionalismo latinoamericano (Escenas, discursos y actores). **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n. 2, jul., 1994.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria; MILANI, Carlos (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. IN: CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196

ETGES, Virginia E.; ETGES, Luiza R. A dimensão multiescalar do Desenvolvimento Regional. In: X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 10, 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: PPGDR/Unisc, 2021, p. 01-12.



ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005, p.47-55.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odím. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 085-094, mar. 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar, para fazer a guerra**. 3º ed. Campinas/SP: Papyrus, 1988.

LIMONAD, Ester. Brasil Século XXI, Regionalizar para que? Para quem?. In LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.) **Brasil Século XXI - Por uma nova regionalização? agentes, processos, escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2ed., 2015. p. 54-66.

PAIVA, Carlos A.. **Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas. Indicadores Econômicos**. FEE, v. 34, p. 89-102, 2006.

PAIVA, Carlos Á.; ALONSO, José A.; TARTARUGA, Iván P. Em busca de uma divisão regional mais compatível com as múltiplas necessidades da pesquisa e do planejamento. In: CONCEIÇÃO, Octavio (et al). (Orgs.). **Três Décadas de Economia Gaúcha**. 1ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2010, v. 1, p. 127-161.

PAIVA, Carlos A.; TALASKA, Alcione; SEHN, Cristiano. **Exercícios de Regionalização do Rio Grande do Sul por Homogeneidade: Grupos por Skater baseados em Variáveis Seleccionadas dos Censos Agropecuário de 2006**. In: Relatório Integral da Pesquisa Identificação e Regionalização das Estruturas Produtivas e Padrões Dinâmicos dos Municípios e Territórios do RS na Transição para o Século XXI, 2010.

PERREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e Regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. A Região e invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (org.). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: edições Territorial, 2003. p. 408-416.



SILVEIRA, Rogério L. L.; FELIPPI, Ângela C. T; CAMPOS, Heleniza Á. O observatório do Desenvolvimento Regional: a construção de uma rede de pesquisa e extensão sobre a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro. In: SILVEIRA, Rogério L. L . **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

TALASKA, Alcione. **Espaço Agrário Brasileiro na perspectiva conceitual**: dos aspectos legais às implicações territoriais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2015.

TALASKA, Alcione. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Caminhos de Geografia**, v.12, n.37, p. 201-215, mar. 2011.

TALASKA, Alcione. THIELLE, Péricles P. (orgs.). **Percursos teórico-metodológicos da construção de teses na área do desenvolvimento regional**: da escolha das temáticas aos resultados e conclusões. Blumenau: Editora do IFC, 2020.

THEIS, Ivo M. (et al). Desenvolvimento Regional: construção de um campo de saber? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.18, n.1, 2022 p. 258-271, jan./abr.2022.